COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 25$00 ANO V N.º 37 MARÇO 1989

Diplomacia Indonésia: 1988, um ano difícil

Ali Alatas faz o balanço do ano findo e reconhece que o tempo das vacas gordas já lá vai; para disfarçar o nervosismo, ameaça gregos e troianos (e outros europeus) de retaliações.

Ao assalto da "Tróia" portuguesa partem diplomatas e agentes indonésios; para o efeito contam com o poder aliciante das rúpias para tentarem descobrir o cavalo que lhes interessa no mercado equino nacional.

PORTUGAL: "EXTREMAMENTE ACTIVO"

Devido quer à prolongada guerra de resistência nacional que, maugrado os intensos esforços "pacificadores" dos militares indonésios, continua a grassar em Timor-Leste, quer à ofensiva diplomática portuguesa do último ano e meio, a Indonésia tem vindo a conhecer crescentes dificuldades no que toca à divulgação das suas posições junto da comunidade internacional e à conquista de apoios para essas posições.

O relatório anual de 1988 do Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio, divulgado no início do ano em Jacarta, dá conta das preocupações desse país quanto à questão de Timor-Leste e do receio que lhe inspira o apoio (não muito ostensivo, saliente-se) que a Comunidade europeia tem vindo a dispensar à posição portuguesa: "A Europa ocidental tem encarado o assunto como uma questão bilateral entre Portugal e a Indonésia. Todavia, depois da entrada de Portugal no seio da CEE em 1986, este país tem-se mostrado extremamente activo na busca de apoios à sua política sobre Timor-Leste no quadro dos organismos internacionais europeus", o que tem permitido a Portugal "manipular a CEE sobre a questão de Timor-Leste". Face ao que considera "os recentes desenvolvimentos preocupantes", a Indonésia adverte a CEE para o "risco" que correria com o apoio que presta a Portugal: "esperamos que os países da CEE não se deixem facilmente influenciar por Portugal (...) porque isso poderia ter repercussões nas relações bilaterais com os países membros, nas relações com a Comunidade, globalmente, e na relações entre a CEE e a ASEAN".

Este tipo de ameaça, vindo de quem vem, é perfeitamente ridículo: se alguém tem a recear com a deterioração de relações comerciais e políticas não é a Comunidade europeia (ou algum dos seus membros), mas a Indonésia. País altamente endividado (mais de 40 biliões de dólares de dívida externa), com uma estrutura produtiva e exportadora fortemente dependente de um único produto — o petróleo — o qual regista nos mercados internacionais um prolongado período de estagnação de preços, carente de financiamentos internacionais (uma boa parte deles canalizados através do IGGI por países membros da CEE), a Indonésia não se encontra em posição de ameaçar seja quem for. Aliás, é muito pouco verosímil que numa disputa desse tipo a Indonésia conseguisse arrastar consigo a solidariedade activa (para além de algumas declarações de princípios) dos seus

General: **"Raios! Já toparam o nosso embarque de Rochas!"**
Ali: **"Vou mas é tirar o cavalinho da chuva!"**

NESTE NÚMERO:

- **Diplomacia Indonésia**
- **Violações dos Direitos Humanos**
- **Contrastes**

parceiros da ASEAN, eles próprios muito dependentes do mercado europeu.

AGENTE DUPLO, PRECISA-SE...

Um interessante artigo surgido em 3 de Janeiro no diário indonésio "Suara Pembaruan" glosa o mesmo tema: as dificuldades crescentes registadas pela diplomacia indonésia. Para o articulista a gravidade do assunto exigiria que, sendo "(...) Timor-Leste uma questão nacional, não pode ficar apenas (sic) a cargo dos Ministros dos Estrangeiros, do Interior, da Defesa e do ABRI (Forças Armadas)", necessitando, "ser tomada em mãos por todo o aparelho de Estado (...)". E o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros Mochtar teria confidenciado ao jornalista do "Suara Pembarun" que embora as frequentes campanhas negativas em relação à questão não afectassem a soberania indonésia sobre Timor-Leste, acabavam por se tornar bastante "irritantes". Estas campanhas negativa seriam desenvolvidas em "reputadas Universidades europeias, americanas e australianas, em estações de rádio estrangeiras e em fora internacionais como a União Inter-Parlamentar e o Parlamento Europeu", e revelariam a existência de um poderoso "lobby", para enfrentar o qual seria preciso "trabalho aturado e fundos consideráveis", para além de uma estratégia correcta.

O articulista dá de seguida um conjunto de curiosas sugestões para a definição dessa estratégia: 1.º convidar para visitas a Timor-Leste jornalistas portugueses que possam dar um relato objectivo da sua experiência (são referidos, para além do "objectivo" Nuno Rocha, mais três nomes: a CDPM está a investigar de quem se trata) 2.º subsidiar académicos ou jornalistas indonésios a participar em colóquios/seminários em várias universidades estrangeiras (na lista citada encontra-se, entre outras, a Universidade Católica de Lisboa...) 3.º convidar jonalistas europeus, americanos e australianos a visitar periodicamente Timor-Leste; 4.º pressionar as embaixadas indonésias no sentido de serem mais activas na produção e difusão de propaganda "pró-desenvolvimento" em Timor-Leste (filmes, artigos, livros).

É desde há muito conhecida a importância que a Indonésia vem atribuindo à manipulação da opinião pública internacional, desenvolvendo para o efeito uma eficiente campanha de desinformação (centrada nos pretensos "por-gressos" económicos vividos recentemente em Timor-Leste). Este esforço até agora tem tido como alvo privilegiado não a grande imprensa (não lhe interessa afinal publicitar muito a questão) mas um grupo seleccionado de políticos, jornalistas e "decision-makers". A novidade do artigo é o ênfase que agora é reconhecidamente posto na opinião pública portuguesa: falhados que foram alguns "balões de ensaio", a Indonésia continua afanosamente a tentar descobrir o seu "cavalo de Troia" que lhe permita o assalto da cidadela portuguesa; os sitiados que não durmam, mas também que não se assustem: até o poderoso Aquiles tinha o seu ponto fraco... □

Violações de Direitos Humanos

Estamos já tão habituados à "voz do sino triste" que corremos o risco de deixar embotar a sensibilidade. Mas do interior de Timor ocupado chegam cascatas de dor a que não podemos deixar de abrir estas páginas, por muito particulares e parcelares que esses lamentos soem. Eles são a voz de quem sofre.

PRÁTICAS BRUTAIS

Relatos de práticas brutais sobre populações civis indefesas continuam a chegar quotidianamente desse território que a Indonésia pretende ter transformado num paraíso de desenvolvimento. De várias comunicações recentemente chegadas do interior respigamos alguns casos, entre os inúmeros aí referidos: a) no dia 1 de Outubro/88, no lugar de Aba-Kau-Uai, perto de Gari-Uai (arredores de Baucau) duas mulheres de cerca de 50 anos de idade que se encontravam a cavar "maek" (um tubérculo espontâneo, comestível) para tentar minorar a fome que reina nas aldeias estratégicas, foram surpreendidas por uma secção de ZIPUR grupo 8, em acção de patrulhamento. Forçadas a práticas sexuais com toda a soldadesca, encontram-se internadas no hospital de Baucau. b) A., de 48 anos de idade, natural de Sama-Lari, Baucau, foi preso, acusado de contactos com a guerrilha. Em 11 de Setembro/88 foi amarrado de mãos atrás das costas e obrigado a correr, dando voltas à vila de Baucau, perseguido por um "jeep" com militares. c) a 6 timorenses foi aplicada a penalidade de amputação de mãos, em Vernasse (zona de Baucau) em 18 de Setembro/88, desconhecem-se por enquanto mais detalhes.

A maioria destas acções cruéis é motivada pela suspeita de que os elementos da população visados mantêm contactos com os guerrilheiros; isso é explicitamente referido em alguns dos casos: a) prisão e interrogatório no Kodim (comando militar) de Baucau em 10 de Outubro/88 de 5 hansips do sub-distrito de Venilale, acusados de ligações com a resistência (um deles era comandante de secção e outro comandante de pelotão); também o próprio comandante da companhia, Virgílio Guterres, de 28 anos foi inquirido. Relatos deste tipo revelam bem a extensão que têm as infiltrações da Resistência armada no seio do próprio aparelho repressivo indonésio. b) A.S., de 30 anos, casado, natural de Beri-Coli, Venilale, Baucau, preso e brutalmente espancado em 5 de Setembro/88. c) J.P., de 18 anos, acusada de conduzir guerrilheiros que em 21 de Dezembro/87 efectuaram um ataque a Baucau, capturando muitas munições e causando um morto, foi presa e violada pelos soldados do Kodim de Baucau em 1 de Janeiro/88. d) L.S. e D.V., de 30 e 20 anos de idade, foram presos respectivamente em 19 de Abril/88 e Fevereiro/88. tendo sido torturados brutalmente: espancados, pontapeados e queimados com pontas de cigarro. e) prisão em 19 de Maio/88 e interrogatório de V.N., de 48 anos de idade, natural de Baucau, conjuntamente com outros 19 elementos da população, acusados de conduzir os guerrilheiros que na noite anterior fizeram uma operação na zona. f) prisão em 8 de Julho/88 de M.B., J.X. e P.X., todos de Venilale, acusados de agentes da Fretilin, por, como "agentes" indonésios nunca terem fornecido nenhuma informação útil aos indonésios, outros "agentes" fugiram para o mato, solicitando protecção à Resistência.

FOME, NÃO SÓ DE JUSTIÇA (MAS TAMBÉM)

Quando os suspeitos são familiares de guerrilheiros ou ex-guerrilheiros (capturados ou rendidos) a violência recrudesce. Foi o caso de Felizberto Viegas, de 28 anos natural de Lospalos, que foi capturado em combate como comandante de secção das Falintil em 14 de Outubro/87. "Forçado durante meses a fazer apelos de rendição por altifalantes, nunca cumpriu totalmente as ordens, tendo-se muitas vezes rebelado contra o inimigo e inclusivé ameaçado os próprios manggalas (soldados)"; no dia 11 de Setembro/88 foi conduzido pelos indonésios para fora da aldeia e assassinado a tiro

na sua própria horta. Foi também o caso de M.T.K.L., ex-colaborar das Falintil na 2.ª unidade, capturado em Baguia e que, tendo-se recusado a prestar informações aos indonésios, foi brutalmente espancado em Baucau em 17 de Fevereiro/88. Foi ainda o que se passou com J.P., casada de 33 anos de idade, violada sob ameaça de morte pelo simples facto de o marido se encontrar no mato, nas fileiras das Falintil.

Um outro tipo de situação de violação dos direitos humanos acontece quando os timorenses tentam resistir à fome que lhes é imposta. Em 3 de Maio/88 na zona de Venilale, 20 elementos da população que acossados pela fome fugiam da vila sem a autorização da autoridade militar foram interceptados e conduzidos sob prisão para Oseu, onde foram interrogados. Algo de semelhante se passou com 4 aldeões do cerco de Bere-Coli, zona de Venilale, que foram surpreendidos quando cuidavam das suas várzeas, distantes 2 kms, da população, foi à noite; acusados de agentes da Fretilin foram cruelmente torturados. Pior sorte tiveram 3 timorenses esfomeados que procuravam alimentos espontâneos nos arredores da aldeia estratégica de Ftulia, perto de Venilale, detectados por uma patrulha do exército indonésio (Batalhão 713) foram alvejados a tiro (um morreu e os outros dois foram levados para Baucau depois de interrogados a pontapé). □

Contrastes: O Presidente Suharto e a Virgem Peregrina

Um relatório chegado recentemente do interior, datado de 15 de Novembro de 1988 e assinado pela Resistência Clandestina da Zona Central do CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional), descreve as medidas repressivas levadas a cabo pelas autoridades coloniais indonésias nos dias que antecederam a visita de Suharto a Dili e a reacção da população timorense, estabelecendo um paralelo com as manifestações que acompanharam a digressão de N.S. de Fátima (a Virge Peregrina) por todo o território de Timor-Leste. Um confronto em que os indonésios sairam largamente derrotados...

"(...)

"Para melhor encadeamento de ideias começaríamos por relatar em breves linhas a peregrinação de Nossa Senhora aos concelhos e aldeias de Timor-Leste nos meses de Julho de 1987 até meados de Agosto de 1988.

"Foi um grande espanto para os indonésios, especialmente para as autoridades militares indonésias, a forma como o Povo se organizava com entusiasmo e alegria para a recepção de Nossa Senhora nos concelhos e aldeias. Os preparativos, os arcos, as ermidas, as ornamentações, etc, foram trabalhos tomados por leves. Trajava-se do melhor que cada um possuía. Ofertas à Mãe Padroeira dos melhores artigos que cada um possuía. Contribuições voluntárias para fretes de meios de transportes. Contribuições voluntárias para apoio logístico e alojamento aos vindos de longe, etc. As poesias declamadas, tanto em português, tetum, como em outros dialectos, só tinham este conteúdo: Mãe Padroeira, daí-nos a Paz, uma Paz em que não só cesse a guerra, mas uma Paz com que em Timor-Leste jamais ninguém persiga ninguém, jamais ninguém mate ninguém, jamais ninguém faça sofrer ninguém com plena Liberdade e se acabem as lamúrias, torturas e servidão. Ainda outras poesias que falavam dos sofrimentos, viuvez, orfandade, fome, miséria e doença provocados por uma guerra imposta. Enfim, foi um momento de desabafo.

"O aparato da inteligência indonésia assim murmurava: Afinal por trás da religião dos timores está escondida uma política anti-integracionista. Servem-se da religião como um meio de subversão. Nunca se viu o Povo de Timor-Leste tão animado, entusiasmado e alegre como desta vez! Nem nas festas dos dias Nacionais, nem na própria festa da comemoração do dia da integração! Nem nas recepções dos ministros e do próprio presidente se viu este dinamismo do Povo de Timor-Leste! Ora veremos como vai ser a recepção do presidente em Novembro próximo.

"A recepção do presidente Suharto foi exactamente o contrário. Os trabalhos dos preparativos eram feitos por medo e imposição. Por mais pequenos e leves que alguns trabalhos fossem, eram sempre tomados por pesados. O Povo trabalhava com má vontade e sem ânimo, embora o governo central indonésio dispôs ao governo de Tim-Tim uma verba de Rp 470 milhões para o efeito, além de promessas, prémios e ofertas às aldeias que melhor se apresentassem.

"Para melhor segurança do presidente Suharto, que vinha escoltado de barcos de guerra, um mês antes da sua vinda, dezenas de batalhões indonésios tinham chegado com rumo às montanhas para, em operações de envergadura, empurrarem os guerrilheiros do mato para longe das vilas e campos de concentração a fim de o senhor Suharto poder passear livremente na cidade de Dili. Ainda, com medo dos guerrilheiros urbanos da capital, o senhor Suharto teve de trazer de Jacarta o seu preferido carro anti-bala. Apesar de tudo isto o menino Suharto e a sua donzela Tercinta não se sentiam ainda seguros para dançarem bem emparelhados ao seu gira volta em toda a cidade da capital da nossa querida Pátria. Era preciso ainda neutralizar os suspeitos de "terroristas clandestinos". Assim, foi imposta uma pesada situação a todos os timores, especialmente aos habitantes de Dili. Perseguições e desconfianças reinavam em todo o Timor-Leste. (...) As circulações eram limitadas. Grupos de conversa isolados eram suspeitos ou mesmo abordados pelos agentes da Intel. As casas eram revistadas. Passeios pelas ruas para além das 18.00 horas eram proibidas, etc e mais toda uma série de imposições e proibições.

A mulher do presidente Suharto (ao centro) ladeada pelo bispo D. Ximenes Belo e pela mulher do governador M. Carrascalão, durante a inauguração da nova Catedral de Dili, em Novembro último

Uns dias antes da vinda de Suharto só em Dili 500 e tal pessoas foram presas, de entre funcionários, estudantes universitários e liceistas, militares naturais, polícias, operários e camponeses. Um número mais ou menos aproximado de pessoas foram também presas em todos os concelhos administrativos. (...) Os já presos em Dili de quem sabemos os nomes são:

1. **Angelo dos Santos,** universitário;
2. **Ananias,** professor do ensino primário;
3. **Filomeno Gomes,** funcionário agente de inspecção e fiscalização da Aileu;
4. **Lucas da Costa**, licenciado em economia e funcionário no Banco de Dili;
5. **Abel Ximenes,** chefe da empresa cooperativa central de Timor;
6. **Afonso Pinto,** capitão Lafaek, comandante da 2.ª linha;
7. **Victor Aleixo,** 1.º cabo da polícia da segurança pública. (...)

"O momento da recepção do Suharto foi bastante triste e vergonhoso! Só uma meia centena de indivíduos apareceram no aeroporto. De vez em quando um pequeno grupo de 10 ou 20 elementos apareciam nas ruas vestindo-se com banalidade a fingir que vão receber o presidente mas quando ele passa viram-lhe as costas e insultam-no a ele, à mulher dele e a toda a sua geração. Também alguns pequenos grupos de mulheres e homens eram obrigados a irem tocar o batuque e a dançarem o bido à passagem do presidente, mas tudo se fez com cara de Sexta-Feira Santa. Quando ele passava o pessoal ainda murmurava: Fartamo-nos de recepções. Matamo-nos de trabalhar para a tua recepção e ainda a tua soldadesca nos persegue, nos aterroriza, nos suspeita e nos prende. Dizem que nós, o Povo de Timor-Leste, escolhemos livremente a integração mas ao mesmo tempo somos perseguidos, suspeitos e presos. Então, afinal quantos povos há em Timor-Leste e qual é que aceitou livremente a integração e qual é que ainda rejeita a integração?

"Depois disto as ruas ficaram outra vez vazias. Só os militares disfarçados à paisana com armas embrulhadas em papelões e mais indonésios radicados em Dili passeavam nas ruas dando tom de solenidade à recepão do presidente. (...)

"No meio desta cerrada vigilância do aparato da Intel ainda choveram panfletos a insultar o Suharto. (...)

"O presidente Suharto apressou-se por cumprir o seu programa de actividades (...) e regressou depois de um dias de estadia em Dili. Em seu lugar viria o Vice-presidente Sudharmonoi para o encerramento do Munas (conferência da organização juvenil do Estado) previsto para o dia 8 de Novembro de 1988. Mas como estavam a sentir a cidade de Dili cheirar a pólvora nem vice nem versas apareceram e o encerramento foi feito pelo governador Mário Carrascalão.

"As autoridades indonésias ao repararem na diferença entre a recepção de Nossa Senhora e a recepção do presidente Suharto, levantavam agora grande suspeita em relação à Igreja Católica e aos padres. A Igreja Católica é apontada de ninho de clandestinidade e os padres são os organizadores da clandestinidade, quando na verdade é o próprio Povo quem se organiza voluntária e espontaneamente em clandestinidade da sua Pátria Timor-Leste."

Quanto à eventual deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa àquele território, o relatório alerta para o facto de que "as autoridades indonésias estão a preparar indivíduos, pagando e ameaçando, para fazer uma manifestação contra a vinda do Parlamento Português. O som da manifestação será este: Fora Portugal! Não conhecemos Mário Soares. O Povo de Timor-Leste já escolheu livremente a integração na República da Indonésia. Portugal covarde, abandonou-nos provocando uma guerra fratricida. Não queremos mais Portugal para nada! etc."

E o relatório termina: "(...) da nossa parte faremos todos os possíveis para responder a essa fantoche manifestação. Se for possível, mais um desterro colossal a Ataúro, mais prisões ou mais massacres, mas faremos possíveis para mostrar à Delegação do Parlamento Portugês quem somos nós e o que é que queremos". □

Nacionalismo timor está de luto

A morte do Dr. Moisés do Amaral, no passado dia 22 de Fevereiro, constituiu para todos nós uma grande e terrível surpresa. Destacado dirigente da UDT (União Democrática Timorense), foi um dos principais obreiros, dentro desta organização, do lançamento e consolidação da plataforma política em que assenta a Convergência Nacionalista e um dos grandes impulsionadores dos ideais nacionalistas timorenses.

Acreditamos que as suas convicções continuarão vivas e se enriquecerão n contacto permanente com a realidade, na procura das soluções para os desafios que esta realidade levanta.

A CDPM, neste momento doloroso e difícil para a comunidade timor, quer reafirmar a sua determinação em continuar, enquanto portugueses solidários com o povo de Timor-Leste, o esforço que há anos vem desenvolvendo no sentido do efectivo reconhecimento dos seus direitos.

Moisés do Amaral enquanto peticionário no C. Descolonização N.Y., Agosto/88

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77--2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 25$00 Assinatura anual: 400$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112094 Depósito Legal n.º 25.317